

sessões do MAGINÁRIO

VOL. 18 | N. 30 | 2013



CURTA NOSSA
PÁGINA

**Caravaggio, Rammstein
e Madonna**

Ticiano Paludo

P.79

**Hipermodernidade, sociabilidade
e tecnologias digitais**

Erika Oikawa

P.89

**Manifestações e mídias
alternativas**

Antonio Brasil e Samira Moratti Frazão

P.127

Imaginário e relações de trabalho no jornal *O 5 de Abril*: o discurso da cidade industrial harmônica na Novo Hamburgo dos anos 1920 e 1930

Imaginary and labor relations in O 5 de Abril newspaper: the discourse of harmonious industrial city at Novo Hamburgo of the 1920s and 1930s

Claudia Schemes¹ 

Luiz Antonio Gloger Maroneze² 

Norberto Kuhn Junior³ 

Resumo

Este artigo procura analisar a construção de um imaginário referente às relações de trabalho na cidade de Novo Hamburgo/RS nos anos 1920 e 1930. Foi utilizado como fonte principal de pesquisa o jornal *O 5 de Abril* e como suporte teórico as ideias sobre o imaginário propostas por Silva (2006) e de capital cultural desenvolvido por Bourdieu (1996) no qual os discursos são entendidos na lógica da distribuição do poder. Através desta análise podemos identificar como os diferentes lugares sociais nas relações de trabalho, expressos no discurso do jornal, contribuíram para a definição de diferentes condições de reprodução social e afirmação de posição social dentro de um imaginário de harmonia social.

Palavras-chave

Imaginário; discurso jornalístico; relações de trabalho.

Abstract

This article intends to analyze the construction of an imaginary and labor relations in the city of Novo Hamburgo / RS in the 1920s and 1930s. As a major source the newspaper *O 5 de Abril* was used, and as theoretical support the ideas about the imaginary proposed by Silva (2006) and of cultural capital developed by Bourdieu (1996) in which the speeches, the logic of power distribution are understood. Through this analysis we can identify how different social places in work relations, expressed in the speech of the newspaper, contributed to the definition of different conditions of social reproduction and affirmation of social status in the context of class relations.

Keywords

Imaginary; journalistic discourse; labor relations.

Introdução

Buscamos discutir, neste artigo, como as relações de trabalho foram imbricadas a um imaginário produzido por um jornal de circulação local, *O 5 de Abril*, no contexto de formação de uma das mais importantes áreas industriais do sul do país – a cidade de Novo Hamburgo – nas décadas de 1920 e 1930. O jornal *O 5 de Abril* tem seu nome associado à data de constituição do município de Novo Hamburgo e assume lugar de destaque na produção dos discursos que estão nos fundamentos de uma cidade moderna e industrial, e sua circulação foi entre os anos 1920 e 1960.

O jornal parece ter sido criado como um instrumento voltado para a consolidação simbólica da nova ordem das coisas, como um organizador do imaginário local. Diferentemente dos tradicionais panfletos que lutam por mudanças, abolições e revoluções, esse jornal aparece *post facto* para compor o discurso cultural de Novo Hamburgo, surge como um instrumento simbólico para ordenar o projeto da cidade: a nova realidade cria a necessidade de um veículo de informação próprio, uma marca distintiva e uma forma de legitimação para a nova comunidade.

Aglutinando tradições sob a égide implícita do germanismo, o semanário investe na construção de um imaginário que consolide posições e demarque diferenças em relação ao antigo município-sede, bem como em relação aos demais. Nessas construções discursivas, são reunidas aquelas ideias que agregam a coletividade cidadina em torno de um projeto comum. Diz-se da cidade que é industrial: o fato promete riqueza e prestígio. Diz-se que é moderna ou que tende a ser: logo, aproxima toda a coletividade das

grandes capitais e cidades cosmopolitas. Entende-se como de ascendência germânica: logo, tende a ser devota ao trabalho e assim por diante. Todavia, em síntese, todas essas supostas tradições são costuradas pelo jornal para a composição de um discurso amplo de harmonia e prosperidade social. Esses discursos reunidos compõem um imaginário geral para Novo Hamburgo e resolvem dois problemas de uma só vez: demarcam uma identidade “específica” para o jovem município por um lado e, por outro, estabelecem um discurso de harmonia e coesão social. No âmbito deste artigo, focaremos apenas a análise das relações de trabalho naquele contexto, muito embora outras temáticas possam ser investigadas dentro dessa mesma problemática.

O projeto emancipatório do antigo vilarejo, que cresceu como parte do município de São Leopoldo, teve início no século XIX. A expansão da indústria do couro e do calçado vai dar a Novo Hamburgo condições e razões para pleitear a autonomia política. A história desse processo, que é finalizado em 1927, deve ser entendida no cruzamento das questões locais com o contexto mais amplo dos anos 1920 e 1930. Nele, o positivismo do Partido Republicano Rio-grandense no Estado e as diretrizes corporativas de Getúlio Vargas em nível nacional estarão em consonância com as tendências autoritárias e fascistas internacionais. As lideranças locais e a sua expressão nas páginas do periódico sublinham essa filiação de forma constante em suas colunas e crônicas. Mesmo que as questões trabalhistas e a legislação em prol do trabalhador sejam mais aceitas que aplaudidas, em linhas gerais, o discurso autoritário e corporativo é aplaudido e adaptado à realidade local.

O resultado é um discurso que envolve modernidade, ordem, vocação para o trabalho e harmonia social. Afirma-se que a cidade é um verdadeiro feixe de forças individuais unidas no projeto coletivo de uma urbe progressista: a construção de um futuro desejado dar-se-ia pela união social em torno do trabalho. Daí por que serem as tensões trabalhistas silenciadas e as classes apresentadas como complementares; greves não fazem parte dessa história.

Segundo Silva (2006, p. 14), o imaginário lida com a pertença a alguma coisa ou a um lugar: “Partilha-se uma filosofia de vida, uma linguagem, uma atmosfera, uma ideia de mundo, uma visão das coisas, na encruzilhada do racional e irracional”.

Tendo sido o único jornal da cidade até o início da década de 1960, consideramos *O 5 de Abril* como uma importante “tecnologia do imaginário” para aquela Novo Hamburgo. Um veículo que assume o papel de informação e formação subjetiva para a cidade e que, ao fazê-lo, apropria-se também do poder que essa função lhe dá. Daí por que nos valermos também da noção de capital cultural desenvolvido por Bourdieu (1996) para que aqueles discursos possam ser entendidos na lógica da distribuição do poder. Nessa perspectiva, vamos buscar compreender como o desenvolvimento e apropriação dos espaços de produção discursiva pode converter-se em fonte de capital simbólico, que instrumentaliza a composição das estratégias dos diferentes grupos sociais que disputam espaço na arena social. Perguntamo-nos, então, como o tratamento jornalístico das relações de trabalho implicou na composição de um imaginário cidadão ajustado às estratégias de poder das elites políticas e empresariais

envolvidas no fenômeno da gênese da industrialização de Novo Hamburgo.

A partir dessa noção, chegamos à compreensão de como diferentes instituições instauram, nos espaços sociais, processos que contribuem na composição, na apropriação e na distribuição de capital cultural. Determinados grupos sociais, à medida que orientam suas escolhas e preferências em direção a esse capital, estão compondo sua estratégia de capitalização, uma vez que a sua posse desempenha importante papel na composição do capital global e assegura posição no campo de poder em que diferentes capitais se relacionam, contribuindo, assim, para a conservação ou para a transformação de sua própria estrutura (Bourdieu, 1996, p. 50).

Nesse caso, o estudo de Bourdieu sobre a instituição escolar fornece-nos uma referência analítica para considerarmos as mídias como uma instituição, cuja condição de produção e distribuição de capital simbólico (condição fundada no monopólio da capacidade de instaurar processos comunicacionais – técnicas que “visibilizam” e “dão voz”) também irá se associar às demais estratégias forjadas pelos grupos sociais para sua capitalização simbólica. Para explicar como essa divisão social ocorre, Bourdieu compõe uma analogia com um personagem tomado da gênese da Termodinâmica, o demônio de Maxwell: ao demônio atribuíam-se a força de organizar os componentes químicos dando-lhes diferentes temperaturas, para que assim pudessem se relacionar – existem áreas onde as moléculas de diferentes temperaturas se encontram – mas, principalmente, para que possam se distinguir.

Recompondo a analogia adotada por Bourdieu, podemos considerar o jornal como um “demônio midiático de Maxwell” – uma vez que a ele cabe atribuição de distribuição de diferentes “temperaturas” aos discursos dos grupos sociais.

Com base nessa analogia, propomos um esquema analítico no qual focamos as relações de trabalho e as distintas posições ocupadas pelos trabalhadores e empresários na composição das discursividades nas matérias jornalísticas que os representam no cenário do mundo do trabalho na cidade industrial de Novo Hamburgo. Associamos, analiticamente, tais posições às diferentes “temperaturas” que correspondem à intensidade com que cada grupo é incorporado na elaboração dos discursos da cidade sobre ela mesma – seu lugar na reflexividade social –, o que significa dizer, em termos objetivos, ter mais ou menos espaço no âmbito das matérias jornalísticas, portanto, na capacidade de produção e reprodução de uma dada visão de mundo⁴.

Operacionalmente, essa distribuição das diferentes temperaturas se refere aos “graus de importância” que, nos arranjos sociais discursados pelo jornal, estarão reservados/atribuídos aos grupos sociais; temperaturas diferentes, representadas tanto pela condição quantitativa de “ter espaço na mídia” (estar ou não presente nas notícias, ter voz ou estar silenciado) quanto pela condição qualitativa (relativa aos sentidos de positividade ou negatividade dos conteúdos veiculados), passam a ser fatores decisivos na composição de capital simbólico, assegurando aos grupos sociais diferentes posições no campo de poder.

No presente estudo sobre o jornal *O 5 de Abril*

e o seu papel de separação de “temperaturas” nas relações de trabalho no discurso de Novo Hamburgo, destacaremos os seguintes aspectos: a positividade da condição germânica e seu vínculo genético com a comunidade de trabalho em Novo Hamburgo; o discurso de harmonização dos conflitos de classe, a separação entre os ordeiros e os desordeiros nas relações de trabalho; o silenciamento sobre o movimento operário e uma das poucas notícias em que se destaca a fala dos trabalhadores e a crítica do jornal sobre essa fala. No entanto, antes de abordarmos esses aspectos da nossa análise, convém detalharmos a composição do *corpus* da pesquisa: iniciamos com uma descrição da fonte, o jornal *O 5 de Abril*, e seguimos trazendo apontamentos sobre o contexto histórico e sobre o pensamento social da época, hegemônico pela ideologia da harmonia social e da eliminação dos conflitos no mundo do trabalho no contexto do ideário varguista na relação com o imaginário local.

A composição do corpus da pesquisa e a caracterização da fonte

O jornal pesquisado, *O 5 de Abril*, foi criado em Novo Hamburgo em maio de 1927, um mês após a emancipação da cidade, e existiu até fevereiro de 1962. Seu criador foi Hans Behrend, tipógrafo que nasceu em Berlim e veio para o Brasil com quatro anos de idade. Nos primeiros anos, o jornal contou com a sua direção, mas, a partir da década de 1930, seu filho, Werner Behrend, assumiu, na prática, essa função. O jornal, logo na primeira página, abaixo do título, autodefinia-se como um “semanário de interesses gerais” e orgulhava-se de ser um veículo de

comunicação totalmente isento e apartidário, mesmo seu diretor sendo integrante da Ação Integralista Brasileira (AIB) (Behrend, 2002).

O jornal apresentava quatro páginas divididas normalmente da seguinte maneira: na primeira, havia uma matéria comprada de alguma agência do centro do país, com notícias nacionais ou internacionais, além de uma parte de algum romance nacional. Nas segundas e terceiras páginas, estavam as notícias locais de ordem política, econômica, social e cultural. Ali também se encontravam notas de utilidade pública e notas policiais. Na última página, concentravam-se os anúncios.

Esse foi o primeiro jornal da cidade e teve inicialmente como redator um dos políticos de maior importância para a cidade e que foi um dos responsáveis por sua emancipação, Leopoldo Petry. Se analisarmos os nomes dos responsáveis pelo jornal, podemos perceber que eles representavam os grupos hegemônicos da cidade nas áreas cultural, econômica e política, portanto, podemos considerá-lo um periódico comprometido com a elite local, que assume o projeto de emancipação e afirmação da cidade.

É importante lembrar que Novo Hamburgo tem início com os colonizadores alemães que povoam o Vale do Rio dos Sinos a partir de 1824. O povoamento especializou-se na indústria do couro e seus derivados, entre outras atividades industriais e comerciais. Essa vocação industrial vai, de fato, gerar uma economia dinâmica e importante, na comparação com as demais municipalidades da época, e estimular o projeto emancipatório. Quando, em 1927, a cidade conquista oficialmente sua autonomia, aquelas especificidades históricas passam então a ser reprocessadas pelo

jornal. As temáticas da harmonia social, do trabalho e do progresso na cidade industrial são recorrentes e espelham uma visão corporativa dos proprietários e editores, alinhadas, ao que parece, com as fortes correntes conservadoras que despontavam na Europa.

A questão da união de todas as classes em torno do trabalho e do progresso aparece já no primeiro número, como um manifesto ou uma declaração de princípios. Afirma o editor:

Por estas colunas procuraremos amparar todas as boas causas e todos os grandes empreendimentos. Será, porém, o nosso principal objetivo trabalhar pela união da coletividade de nosso município, sem dúvida o fator primordial de seu progresso. [...] Temos ainda em mira especial amparar os que trabalham, porque foi com o trabalho que a nossa coletividade ascendeu a esse ponto, em que atualmente se encontra (*O 5 de Abril*, 1927).

O enaltecimento das características industriais é constantemente retomado e, juntamente com a vocação da cidade e seu povo para o trabalho que leva ao progresso, constitui uma construção discursiva que associa crescimento, prestígio e união social. A valorização do trabalho é uma constante: “teremos ainda em mira especial amparar os que trabalham, porque foi com o trabalho que a nossa localidade ascendeu ao ponto em que atualmente se encontra” (*O 5 de Abril*, 1927).

O mérito da emancipação é justificado por sua história. Para o jornal, “Novo Hamburgo merecia, sem dúvida, ser colocada em primeiro plano, pelo seu

grande comércio e pelas extraordinárias indústrias” reconhecidas em todo o território nacional e “quicá, além de suas fronteiras” (*O 5 de Abril*, 1927). Segundo o periódico, a nova cidade, agora emancipada, já nasce “importante” e conhecida no cenário nacional. O sugerido prestígio e a vocação envolvem toda a coletividade: o discurso do periódico irmana, associa e une. A posição do jornal faz crer que a união demonstrada em torno do projeto de emancipação é uma marca distintiva, parte de um *ethos* específico de Novo Hamburgo e que essa característica deve ser mantida para o sucesso da cidade. Nesse sentido, em seu segundo número, diz o jornal:

[...] os momentos mais ditosos foram sempre aqueles em que o povo, pondo de lado as questões sociais, políticas e religiosas, se uniu e unido compareceu às grandes solenidades, e assim será sempre: o caminho para a felicidade só poderá ser trilhado com o povo unido (*O 5 de Abril*, 1927).

Poucos meses depois, novamente a sociedade de Novo Hamburgo é apresentada como harmônica e focada no trabalho e no futuro. Se as questões sociais, políticas e religiosas são postas de lado, o coletivo se afirma:

[...] o espírito de união e harmonia que hoje congrega a todos os moradores de nosso município, dispostos a trabalharem pelo progresso material e moral desse recanto querido do RS, não medindo nem esforços, nem sacrifícios onde se trata de bem estar da coletividade, não só há de trazermos para o futuro,

os mais belos resultados práticos, mas terá como consequência a criação de um ambiente de paz e alegria que muito contribuirá para o bem da família e individual (*O 5 de Abril*, 1927).

Anos depois, Ercílio Rosa, um dos mais importantes cronistas da cidade e colaborador assíduo do periódico, publica uma crônica intitulada *Capital e trabalho*, na qual, dando aparente continuidade ao projeto do jornal, procura harmonizar as tensões sociais.

O capital e o trabalho são duas classes erradamente antagônicas. O empregador e o empregado deveriam ser unos para o bem recíproco, porque em nossos dias não há evolução sem a coordenação destas duas classes, pois automaticamente uma precisa da outra. O capital é a cabeça e o trabalho é o corpo; um não vive sem o outro (Rosa, 1945).

O imaginário de harmonia e coesão continua sendo reafirmado em prol de um projeto moderno de afirmação para a “cidade industrial”. O periódico que interligou ideias fascistas (integralistas), positivistas, com as especificidades locais, parece ter tido sucesso em seus objetivos em vários níveis. Interessa-nos, no entanto, pensar as relações de trabalho imbricadas com esse imaginário.

O contexto histórico das relações de trabalho

Sérgio Schneider (2004) analisa a formação do mercado de trabalho do setor calçadista e afirma que,

antes de a indústria se estruturar de modo assalariado, as relações entre empresários e trabalhadores eram fortemente perpassadas pelo parentesco e pela origem étnica germânica em comum. Segundo o autor, a origem artesanal de muitas fábricas teve um papel importante nessa relação, já que elas empregavam muitos parentes próximos, e as relações de solidariedade e reciprocidade que se formavam eram muito fortes.

Com base na bibliografia existente sobre a história da cidade analisada, ainda considerando que já vinha se industrializando desde o final do século XIX e, no início século XX, as ideias socialistas e anarquistas haviam penetrado no país, acreditamos que o movimento operário local, além de pouco combativo, foi muito silenciado. É importante lembrar que, em nível estadual, esse movimento já vinha se dando de forma mais ágil, com a organização de ligas, associações, sindicatos e greves. Em 1906, eclodiu a primeira greve geral de trabalhadores em Porto Alegre e, durante os anos da guerra, várias greves aconteceram no Estado. Houve até uma paralisação geral em 1917, organizada, também, pelos socialistas e anarquistas.

Não podemos esquecer que a ideologia positivista adotada pelo governo local tinha uma posição clara em relação a essas questões reivindicatórias, pois julgava que o governo só deveria interferir quando patrões e empregados não entrassem em consenso ou quando a ordem estivesse ameaçada.

Os operários em Novo Hamburgo demoraram a organizar-se e, segundo Marcos Saul (1988), os sindicatos estavam atrelados a uma estrutura paternalista caracterizada pela ideia da harmonia entre

capital e trabalho. A ordem legal não deixava espaço para contestações e os movimentos reivindicatórios praticamente não ocorreram, ou, pelo menos, não foram registrados pela historiografia, pois apenas uma greve de operários aparece nos jornais.

Essa ideia de harmonia nas relações de trabalho foi corroborada em outras instâncias, por exemplo, por Getúlio Vargas, quando de sua visita à cidade, em 1929, por ocasião da exposição em sua homenagem, disse em seu discurso:

Nota-se ordem por toda parte, o que denuncia a harmonia existente entre patrões e operários. O que venho de verificar, se não a união completa, pelo menos um entendimento recíproco, e a prova da tolerância dos industrialistas para com os operários. E que aqueles bem compreendem a sua posição de patrões, tanto é assim, que os operários deles não se queixam. Aqui, pois, não existe a chamada questão social, e disso é prova exuberante a inexistência de greves. Bem se pode dizer que o proletariado está aqui integrado na sociedade, como elemento de ordem e progresso (Vargas apud Petry, 1944, p. 108)

Há evidências de que as palavras de Vargas antecipam, de forma clara, as ideias que seriam implantadas por seu governo nos próximos 15 anos. Esse trabalhador dócil, ordeiro, alegre, disciplinado, que teria sido forjado pelo varguismo, ficou no imaginário político e popular durante muitos anos.

A ideologia varguista enfatizava a busca da harmonia social e a eliminação dos conflitos entre as classes. O seu objetivo consistia na construção de uma sociedade

fraterna, via Estado, devendo este atuar como defensor das classes trabalhadoras. Com base nessas ideias de harmonia e fraternidade, criou-se a imagem do trabalhador feliz, através da qual se tentava constituir uma imagem da sociedade coesa e unida em torno do líder.

O ministro Salgado Filho, quando visitou a cidade em 1934, também reforçou, em seu discurso, a questão das relações de trabalho, salientando que a revolução que colocou Vargas no poder tinha como uma das finalidades a conquista da igualdade de direitos de todas as classes, pois só assim haveria ordem e tranquilidade no país.

[...] Daí, surgiu a legislação de que o Governo Provisório, espontaneamente, sem exigências de qualquer natureza, dotou o país, não só com o objetivo de amparar a classe operária mas, também, de manter a tranquilidade no país, pois está convencido de que só na existência de direitos e obrigações recíprocas pode ser assegurada a ordem de que todos nós almejamos. [...] porque inexistindo leis, inexistindo garantias em favor do trabalhador, este só tinha um meio hábil para a reivindicação dos seus interesses, e que era a violência, violência essa perturbadora da paz, da ordem e da tranquilidade [...] (O 5 de Abril, 1934).

Mais uma vez, as manifestações operárias em favor de seus direitos são confundidas com ações violentas e perturbadoras da ordem e da paz. O discurso do ministro mostra o controle que o governo passou a ter do movimento sindical, principalmente com a lei de sindicalização de 1931.

A ideia do povo ordeiro e trabalhador foi corroborada, também, por Leopoldo Petry:

O fato encerra [discurso de Vargas], demais, um sintoma excelente para a situação atual do Rio Grande. Ele é um complemento lógico das aspirações, do espírito construtor, de ordem, progressista do povo rio-grandense. Nesta altura da campanha liberal em que estamos empenhados, aquela solenidade tem uma significação toda especial, ali estava o Rio Grande do Sul que trabalha, que produz, revelando como se desdobra a fortuna particular, base de fortuna pública, digno das atenções de toda a Nação, que tem no nosso Estado um dos melhores esteios da sua força e da sua economia (Petry, 1944, p.108).

A concepção de que o trabalhador local era um trabalhador satisfeito foi uma constante nos escritos da época. As condições de vida do operário de Novo Hamburgo eram consideradas satisfatórias, pois, em nenhum momento, foi divulgada alguma reivindicação ou insatisfação com relação a elas.

Em uma matéria publicada no jornal *O 5 de Abril*, em 1930, chama-nos a atenção a sua mensagem implícita. O jornal transcreve um artigo escrito em Berlim por um alemão que contava como vivia um operário na Alemanha. O artigo procurava comprovar, por meio de dados estatísticos, que o operário alemão vivia muito mal, levava uma “vida duríssima, reduzida exclusivamente à luta pela existência”, ou seja, se até um operário de um país industrializado e rico vivia mal e assombrado pelo desemprego, por que o operário brasileiro deveria reclamar?

As ideias de Vargas, apoiadas por Leopoldo Petry, já eram difundidas desde o início dos anos 1930 na sua propaganda eleitoral, quando candidato à presidência

da República pela Aliança Liberal. Sua plataforma foi amplamente divulgada pelo jornal local, que, ao longo de sete edições, procurou esmiuçá-la.

Com relação, especificamente, à questão social, a Aliança Liberal explicitava sua posição da seguinte forma:

[...] se o nosso protecionismo favorece os industriais em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de acudir ao proletário, com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças como na velhice. [...] A atividade das mulheres e dos menores, nas fábricas e estabelecimentos comerciais está em todas as nações cultas subordinada a condições especiais, que, entre nós até agora, infelizmente, se desconhecem [...]. (O 5 de Abril, 1930).

Embora houvesse todo um discurso oficial que se referia à relação harmônica entre patrão e empregado, isso nem sempre correspondeu à realidade, pois, pelo menos, uma greve aconteceu no ano de 1930 em uma das maiores empresas da cidade, embora o jornal tenha dado a ela apenas uma nota.

O jornal *O 5 de Abril* e as relações de trabalho no discurso da cidade industrial

Iniciamos destacando o que foi a primeira tarefa do jornal *O 5 de Abril*: fundar o que denominaremos de “cidade de trabalhadores”. Pela primeira vez na região, um jornal põe em marcha um trabalho de produção discursiva que irá destacar a ideia de cidade industrial, sendo a noção de trabalho dotada de um valor simbólico

indispensável à ordem e ao progresso de um município que renasce moderno; esse valor será ainda associado à condição étnica da germanidade e, conseqüentemente, dissociado de outras formações étnicas. Temos, então, não somente um discurso de enaltecimento de valores como trabalho e germanidade, mas a ligação desses valores a diferentes grupos sociais. Em analogia, a ação do demônio de Maxwel, que separa as partículas de diferentes temperaturas (Bourdieu, 1996), temos o discurso do jornal em torno do ideal de comunidade, distribuindo diferentes “temperaturas” às práticas sociais dos diferentes grupos sociais que compunham a sociedade novo-hamburguesa. É sob o viés étnico da germanidade que vemos fundada, pela prática discursiva do jornal, uma comunidade de trabalho sob o qual se assenta o projeto moderno da cidade.

Esse viés étnico germânico é adotado pelos discursos do jornal e levado à condição de fundamento da composição de uma identidade local de trabalhador, institui as condições ideais de uma comunidade de trabalho como parte central do imaginário cidadão. Mas esse padrão discursivo não é apenas local e de cunho jornalístico, ele está ajustado aos discursos oficiais dos governos locais, estaduais e nacionais e, nessas condições, é alçado para a condição de uma identidade nacional – brasileira – sem referência ao trabalho oriundo de outras comunidades étnicas presentes naquele contexto.

Quando o jornal trata da questão do trabalhador na região, o faz compondo um discurso de associação entre trabalho, progresso econômico e ordem: o caráter germânico do discurso, de enaltecimento do trabalhador imigrante alemão, concentrado no trabalho, pacífico e

ordeiro, é devidamente ajustado, no discurso do jornal, aos princípios de conformação de uma identidade nacional, que marca o contexto ideológico da época (germanidade *versus* nacionalismo); o trabalhador está sempre associado à germanidade e, muito embora outras nacionalidades estivessem compondo o quadro de operários da indústria na época, não são citadas.

O que percebemos, ao tomarmos as matérias do jornal, é que as referências às categorias de análise operários/trabalhadores aparecem no jornal, no máximo, uma vez por mês. No entanto, quando referenciados, na maioria das vezes, esses trabalhadores são citados quando os imigrantes alemães e seus descendentes são homenageados como os responsáveis pelo progresso da região. Na ótica da criação mitológica, os trabalhadores alemães eram “concentrados no trabalho”, possuíam “espírito ordeiro” e deixaram seus “continuadores”. Na ocasião da visita de Flores da Cunha à cidade, *O 5 de Abril* confirma essa ideia, dizendo que o município muito contribuiu para a economia do Estado, “embora a maioria da população seja descendente de uma raça estrangeira que demonstrou amor ao Rio Grande em nada inferior aos genuínos riograndenses [...]”, fala também das “belas qualidades de trabalho das famílias alemãs e dos seus descendentes [...]” (*O 5 de Abril*, 1935).

O enaltecimento do trabalhador alemão, seu espírito ordeiro e obediente, era um dos elementos destacados pelos governantes. Segundo Weber (2004), o discurso de Borges de Medeiros, na exposição de 1924, em Novo Hamburgo, deixa isso bem claro, quando ele elogia os descendentes de alemães por cultivarem a comunhão de interesses, de sentimentos

e de opiniões. Não podemos esquecer que, para o governo, era estratégico considerar o alemão ordeiro e pacífico, pois, caso contrário, ele poderia representar uma ameaça à ordem reinante.

Essa questão germanidade *versus* nacionalismo perpassou muitos dos discursos oficiais do período. Havia a necessidade e o interesse de se criar uma identidade nacional, mas os laços que uniam os descendentes de alemães à sua antiga pátria eram muito fortes e tinham que ser habilmente tratados.

[...] os divulgadores da germanidade defendiam, no todo ou parcialmente, a preservação do idioma, das instituições, dos costumes e tradições. No processo de demarcação étnica, pesavam, portanto, indicadores culturais como idioma e descendência comum. Essa última integrou o ideário de superioridade racial acionado também para estereotipar o imigrante alemão como trabalhador (Weber, 2004, p. 48).

Não temos dados para precisar o número de trabalhadores descendentes de alemães nas indústrias de Novo Hamburgo, mas, seguramente, um grande número de trabalhadores não tinha vinculação com esse grupo étnico e, por isso, foi sistematicamente ignorado pelos discursos jornalísticos.

O operariado em geral – desvinculado da questão étnica germânica – só era citado pelo jornal quando era noticiada alguma visita de governador ou presidente e dever-se-ia detalhar o público presente, ou era mencionado algum evento específico para os trabalhadores, como uma sessão da Ação Integralista Brasileira, por exemplo:

[...] realizou-se no domingo último uma sessão de difusão e propaganda do Integralismo, analisando a questão social dentro do mesmo, combatendo com vasta argumentação o absurdo do comunismo e os erros da liberal-democracia, para demonstrar as vantagens do Integralismo para o operariado em geral. [...] (O 5 de Abril, 1935).

É interessante perceber que, se, por um lado, as restrições ao comunismo aproximam o periódico do movimento integralista e da política varguista, por outro, no entanto, homogeneizar os trabalhadores sem distinguir os germânicos dos demais é um problema, pois se trata de uma tensão entre o discurso nacional e o local.

Outra ordem de separações de temperaturas identificada no material selecionado está na composição dos discursos sobre ordem e desordem, legitimidade e ilegitimidade das ações das diferentes organizações de trabalhadores, o que terá efeito importante nas estratégias de afirmação de grupos sociais patronais. Aqui é interessante perceber que a distribuição dos diferentes lugares sociais que os grupos devem ocupar nas relações de trabalho está fundada na fetichização da igualdade através de um discurso harmonizador e silenciador das vozes conflitivas: a ideia é de que operários, em suas relações com a classe patronal, se congreguem e unam-se, “porque só congregados e unidos seriam fortes e necessariamente respeitados” (O 5 de Abril, 1932).

Nos discursos presentes no jornal, os fundamentos da ordem aparecem associados às ações patronais e determinam o olhar de vigilância social sobre as ações

de organismos trabalhadores – alinhadas ou não às entidades patronais – atuantes nos anos 1930, como o Círculo Operário, a Liga Operária Hamburguesa, a União Operária Beneficente.

[...] E com “ordem social” não combinam greves nem revoltas. E queixas contra seus chefes não serão impassivelmente toleradas aos sócios circunistas. Se as queixas forem justas, com brandura, procurar-se-á extinguir a causa. Se forem queixas injustas, também com brandura, serão explicados os direitos dos patrões e o dever de entendimento dos empregados. O operário deve ter em grande consideração o seu chefe, do mesmo modo, como este, por um dever de consciência não deve abusar da simplicidade operária. [...] (O 5 de Abril, 1935).

É importante levar em conta que, na ótica do jornal *O 5 de Abril*, as relações de trabalho, em Novo Hamburgo, nos anos 1930, se davam na mais perfeita ordem e harmonia. Em nenhum momento, foi noticiado algum problema relacionado à indústria ou aos industriais locais. Ao contrário, o progresso e a pujança municipais sempre foram a tônica das notícias. Os trabalhadores, por sua vez, ou estavam ligados aos colonos alemães e eram, portanto, os responsáveis pelo “trabalho bem feito”, ou eram os coitados que precisavam da tutela do patrão para serem “pessoas mais felizes”.

Segundo Marcos Saul (1988, p 26),

[...] Curiosamente, a primeira vez que a palavra “sindicato” apareceu no jornal local, O 5 de Abril, em 1928, referia-se ao movimento associativo dos

fabricantes de sandálias que procuravam fundar uma entidade patronal, embora as categorias econômicas já estivessem representadas, desde 1920, por uma Associação Comercial [...].

Dentre as poucas notícias, temos as que se referem à criação das entidades de trabalhadores: além do Círculo Operário, outras instituições já haviam sido criadas para defender os trabalhadores, como a Liga Operária Hamburguesa. Alguns anos mais tarde, em 1932, foi formada a União Operária Beneficente, outra entidade representativa dos trabalhadores apoiada pelos empresários.

No estudo do material, identificamos o silenciamento sobre um movimento operário específico, a primeira greve, de abril de 1930, na maior e primeira empresa calçadista da época. Entretanto, a manifestação iniciada em 4 de abril de 1930, embora legítima, foi tratada como um “caso de polícia”, conforme prática da época. Cabe destacar a falta de documentação sobre esse fato, o que dificulta uma análise mais apurada do acontecimento. O jornal publicou apenas uma pequena nota falando da greve e dizendo que ela havia durado, praticamente, um dia e tinha sido desnecessária a interferência da Brigada Militar da capital (O 5 de Abril, 1930). Retirar importância do assunto pelo tratamento jornalístico restrito a uma pequena nota descapitaliza simbolicamente as iniciativas de mobilização operária. A notícia da greve foi veiculada com detalhes apenas por um jornal da capital do Estado, o *Correio do Povo*.

Essa greve teria sido motivada pelo desconto de 10% nos salários proposto pela empresa do industrial Pedro Adams Filho, por conta da crise econômica pela

qual estava passando a economia nacional. Assim que foi deflagrada a greve, o Departamento de Polícia de Porto Alegre foi avisado e enviou para Novo Hamburgo um contingente da Brigada Militar, comandado pelo delegado especial Dario Barbosa, para controlar a situação, e o movimento acabou quatro dias depois, sem maiores problemas.

A presença de força militar numa vila que em quase sua totalidade é constituída de operários, se torna estranhável, porquanto até hoje não se registrou ali caso algum de violência coletiva [...].

Nas outras fábricas, que continuam a pagar seus operários sem abatimento, não se registrou tentativa de greve, prosseguindo ali o trabalho normalmente [...].

O pequeno município de Novo Hamburgo, que é exclusivamente industrial, sofre mais que qualquer outro a crise econômica por que passa todo o estado, havendo fábricas que só trabalham três vezes por semana, e havendo as que só não deixam de funcionar para não ficarem sem seus operários, já tendo uma grande parte abandonado o município em busca de afazeres em outros pontos [...].

O Sr. Pedro Adams Filho é um dos chefes políticos situacionistas de Novo Hamburgo, parecendo que a requisição de força militar partiu do intendente do Município (Correio do Povo, 1930).

Por essa notícia, constatamos que o desconto salarial foi uma atitude isolada da empresa de Adams, porque, embora a crise fosse generalizada, outros empresários resolveram de outra maneira o problema.

Essa greve é importante para compreendermos que, se de um lado, havia uma relação harmoniosa entre os empresários e seus operários, como aponta *O 5 de Abril*, de outro, havia insatisfeitos que não se deixavam cooptar por eles.

A atitude tomada pela empresa de Adams em relação à greve ocorrida não contrasta com a política adotada pelo Estado, que previa o uso da força pública sempre que houvesse o entendimento – por parte das lideranças políticas e empresariais – de que a ordem estava ameaçada.

Consideramos significativo esse evento, mesmo que tenha durado apenas um dia. Se levarmos em conta aspectos contextuais, marcados pela efervescência das pautas trabalhistas no Brasil daquela época, poderíamos pensar que o quase total silenciamento do jornal local para o fato representava a condição marginal de um jornal local para os temas nacionais. Porém, à luz do marco teórico que adotamos, somos levados a pensar justamente o contrário: tanto estavam a par dos fenômenos nacionais que o silenciamento, em âmbito local, da existência de conflitos trabalhistas é uma importante estratégia de posicionamento do jornal para realizar o posicionamento dos grupos sociais no campo social, distinguindo-os, segundo os seus critérios, entre os que participavam do projeto da cidade trabalhadora e os que queriam apenas o conflito.

No material analisado, em nenhum momento, houve referências aos operários como classe, no sentido de possuidora de identidade e interesses próprios: a tônica discursiva encontrada nos materiais sempre foram as fábricas e seus operários, as empresas e seus trabalhadores, as classes patronais e suas

responsabilidades com os operários. Uma das poucas notícias que encontramos no jornal que retrata um acontecimento marcadamente de trabalhadores foi sobre um festival operário organizado no mês de fevereiro de 1933, no cinema Guarany, em Novo Hamburgo, em função da criação dos dois sindicatos. Na programação do evento, constava a projeção de um filme e, logo depois, discursos de alguns líderes sindicais sobre a “causa do operariado nacional” (*O 5 de Abril*, 1933).

O jornal que noticia tal evento faz uma crítica muito significativa a respeito da fala de um dos oradores, que, segundo ele, diminuiu o brilho com que vinham decorrendo os trabalhos, pois se utilizou de uma linguagem “pouco cortês” e atacou os patrões de uma forma a que a cidade não estava acostumada.

[...] Simpatizando com a causa do nosso operariado, não aprovamos, todavia, a maneira violenta com que querem fazer valer os seus direitos. [...] o último orador [...] visava rebelar o operariado contra os seus patrões.

Ora, haverá motivos para tanto? Só mesmo espíritos mal formados poderão admitir isso.

Não está ainda esquecida a violenta crise, por que todas as indústrias passaram e que ainda hoje se faz sentir, se bem que já em marcha bem acentuada para a melhora. Não compreenderão os operários que durante esta época toda deram mais prejuízos do que lucros aos seus patrões? Muitas casas trabalhavam para não deixar os seus operários sem ganhos, ou a viver da “brisa”. Os balanços bem o demonstram (*O 5 de Abril*, 1933)

O artigo afirma que os patrões fizeram sacrifícios financeiros para cumprir com as suas obrigações e que, naquele momento, eram os operários que deveriam colaborar. Continua dizendo:

Veio a lei em favor do operariado, e querem agora os favorecidos a “revanche” do que lhes foi beneficiado em tempos que ainda não vão longe... A lei está aí e será cumprida, por que, então, o sr. Castilhos procura rebelar o operariado? [...]

Que quer o sr. Castilhos? Implantar o comunismo? Suas palavras pareciam mais uma propaganda comunista do que uma defesa da causa operária. [...].

Não vemos futuro muito risonho para o operariado, com representantes deste gênero, e seria pena, pois, aqueles braços que trabalham e dos quais tanto o Brasil precisa e espera, merecem uma proteção. São homens como todos os demais.

Mas se seguirem as insinuações do último orador que ouviram terça-feira última, não serão dignos de compaixão e benefícios, porque acabarão deixando de ser Brasileiros, cerrando fileiras ao lado do comunismo (*O 5 de Abril*, 1933).

A indignação mostrada pelo jornal ao líder de um grupo de trabalhadores que visava a “rebelar o operariado” e “implantar o comunismo” deixa explícita a que tipo de política sindical o operariado da cidade deveria se filiar.

Essa disputa entre o sindicalismo oficial, que era contrário a qualquer forma mais combativa de atuação e que acreditava que o operariado deveria esperar

as leis recém-criadas serem postas em prática, sem contestar, aparecia na cidade de Novo Hamburgo, como fica exemplificado no artigo de jornal citado.

Vemos, também, um líder sindical com formação acadêmica criticando essa mesma política trabalhista. A crítica não fica clara, pois o jornal negou-se a reproduzir o discurso, mas podemos pensar que foram colocados os problemas pelos quais estavam passando os trabalhadores da cidade ou as leis que ainda não haviam saído do papel, por exemplo. O “sr. Castilhos” (líder sindical) foi considerado um incitador, um “comunista” que queria rebelar os operários contra os patrões, que eram pessoas que deveriam ser reconhecidas por terem sofrido com crises econômicas recentes e mantido suas obrigações para com seus funcionários, mesmo tendo prejuízos.

Ainda segundo palavras do jornal, o mesmo orador teve a “petulância” de falar mal dos industriais estrangeiros, provavelmente alemães, o que era considerado uma crítica grave, já que o trabalhador alemão, como já foi mencionado, era o modelo de trabalhador. Falou mal, ainda, do representante do Ministério do Trabalho, o que foi considerado uma ofensa sem igual.

O artigo termina, de certa forma, ameaçando os trabalhadores que se deixam liderar por esse tipo de sindicalista, afirmando que não terão um “futuro risonho” e não serão dignos de “compaixão e benefícios”. Essa ideia da compaixão mais uma vez mostra o olhar das classes dirigentes sobre a legislação trabalhista: era um favor do governo e dos empresários para os trabalhadores, não um direito conquistado por eles.

Em outro momento, o jornal local fala sobre a “união dos trabalhadores e suas verdadeiras finalidades políticas”, em que é condenada a questão da interferência política no sindicato.

[...] Constitui um erro grave, gravíssimo e, aliás, condenável, injetar-se no espírito, ainda em formatura das massas proletárias a ideologia política desta ou daquela facção partidária. Qual a melhor? Qual a verdadeira? Qual a política que mais convém ao homem das mãos calosas? [...].

Procuramos cumprir fiel e precisamente, à sombra da Bandeira Proletária que neste campo de ação empunhamos, sem deslize e sem vacilações o espírito da Lei.

As massas proletárias do Rio Grande do Sul não necessitam, até este instante de outra ideologia política, a não ser sua própria, calcada da própria Lei, consubstanciada na mais sã e mais perfeita equidade econômica social. Desviá-las deste ponto, ao que nos parece digno dos melhores aplausos, é desrespeitar a sábia e justa Legislação Social Brasileira (*O 5 de Abril*, 1933).

O cumprimento da lei era o argumento utilizado para evitar que houvesse a cooptação dos operários a “ideologias políticas” e “facções partidárias”. A disciplina era considerada fundamental para as organizações sociais e ela só seria alcançada através do cumprimento das leis.

Como afirmamos, o jornal *O 5 de Abril* era veículo de informação dos empresários locais e, como tal, representava e explicitava seus interesses e uma visão de mundo imaginada e produzida. Nesse ambiente,

a discussão a respeito de um código do trabalho era, no mínimo, “inconstitucional” e herética. Para uma “cidade de trabalhadores”, “progressista” e de origem germânica, o trabalho é vocação e harmonia, jamais tensão, conflito ou luta.

Considerações finais

Partimos para este estudo perguntando-nos sobre como o tratamento jornalístico das relações de trabalho, no contexto de gênese da industrialização de Novo Hamburgo (nos anos 1920 e 1930), implicou a composição de um imaginário cidadão ajustado às estratégias de poder das elites políticas e empresariais daquele período. Cremos, através do estudo do jornal *O 5 de Abril*, poder identificar sua atuação sobre a cidade, especificamente sobre como os modos de conceber uma cidade de trabalhadores (imaginário cidadão) podem se associar às diferentes condições de reprodução social e afirmação de posição social, por parte dos grupos sociais, que se relacionam no contexto das relações de trabalho na indústria nascente.

Desde essa perspectiva, temos que o imaginário cidadão composto pelo discurso jornalístico, em analogia ao demônio de Maxwell (metáfora adotada por Bourdieu para análise das distinções sociais), cumpre o seu papel de separação de “temperaturas” não apenas em relação ao lugar dos grupos sociais no mundo das relações de trabalho, mas, sobretudo, estendendo seu discurso para fundar e projetar a imagem de uma cidade industrial. No entanto, nessa imagem, os diferentes lugares sociais nas relações de trabalho que o estudo sobre o jornal *O 5 de Abril* nos revelou derivam de um ideário de cidade harmônica.

Na cidade industrial harmônica do jornal, a união de esforços entre os diferentes (patrão e operários) os faz *iguais*; o discurso opera, portanto, um fetiche da igualdade, pois trabalha-se *igualmente*: os empresários são sempre trabalhadores, tanto quanto os operários. Temos aqui um esforço claro de distinção de classe, justamente porque o discurso reforça e fortalece o reconhecimento de que cada um tem seu lugar no desenvolvimento da cidade industrial, ou seja, mesmo que a condição ideal do desenvolvimento dependa da harmonia e da ordem, tal harmonia e ordem, como aparecem nos discursos dos jornais, implicam necessário reconhecimento de que os empresários fazem sua parte, e os trabalhadores devem fazer a sua, cada um reconhecendo o seu lugar. Observamos, no entanto, que o trabalho operário, no discurso hegemônico do jornal, é significado pelo viés dos industriais, ou seja, para ter sentido, depende de estar em consonância com a lógica e com o discurso empresarial.

As relações de trabalho representadas pelo *O 5 de Abril* revelam uma visão de mundo que não comportava, no entendimento funcional da ordem, a fala de um *outro*; não estamos a dizer que o jornal não tinha interesse nos trabalhadores, a questão é que esse outro, o trabalhador, sequer é percebido dialogicamente, ou seja, não figura no imaginário ordenador como *outro*, mas como *nosso* trabalhador.

Aqui assume sentido o que identificamos, no estudo do jornal, como o silenciamento sobre o movimento operário: dar voz a esse outro é o mesmo que minar o ideal de ordem, já que essas *outras* vozes poderiam destoar do discurso hegemônico da

harmonia entre patrões e empregados, alterando, assim, a percepção de ordem.

O “demônio” midiático deve distinguir os discursos, dotando-os de diferentes “temperaturas”: tanto o efeito de silenciamento quanto o discurso de harmonização dos conflitos de classe implicam a mesma dinâmica de separação entre os ordeiros e os desordeiros nas relações de trabalho; constituem uma mecânica eficiente nessa distribuição de lugares. Não é, portanto, de surpreender que uma das poucas notícias em que se destaca a fala dos trabalhadores é justamente aquela que é acompanhada da crítica do jornal; a crítica fortalece o imaginário da cidade harmônica, na mesma medida em que torna negativa a fala desse “outro” trabalhador, cuja perspectiva é associada à pulsação para o conflito e para a desordem.

E, finalmente, associada aos fatores acima destacados, podemos apontar como matriz discursiva do jornal – lastro para a realização do ideário de cidade de trabalhadores – a positividade da condição germânica e seu vínculo radical com os interesses hegemônicos dos empresários trabalhadores, componente simbólico vital na composição das suas estratégias de manutenção de posição (espaço) na arena social no contexto da nascente cidade industrial de Novo Hamburgo.

Vemos, então, a partir dos anos 1920 e 1930, a “cidade industrial” sendo pensada e projetada desde um imaginário composto no artesanato de ideias do jornal *O 5 de Abril*; a trajetória de desenvolvimento industrial vivido pela cidade até os dias de hoje, que a faz reconhecida nacionalmente, é devedora dessa “tecnologia do imaginário”.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BEHREND, Martin Herz. **O 5 de Abril**. Porto Alegre: Metrópole Ind. Gráfica, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas** – Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre: 1930.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

O 5 DE ABRIL. Novo Hamburgo: 1927, 1930, 1932, 1933, 1934, 1935.

PETRY, Leopoldo. **O município de Novo Hamburgo**: Monografia. Porto Alegre: Edições A Nação, 1944.

ROSA, Ercílio. **Capital e trabalho**. O 5 de abril. Novo Hamburgo, 1945.

SAUL, Marcos Vinícios de Almeida. **Classe operária e sindicalismo no Rio Grande do Sul** (Novo Hamburgo: 1945-1964). Santo Ângelo: FUNDAMES, 1988.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização** – Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

WEBER, Roswithia. **As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul** – O “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2004.

Notas

1. Doutora em História (PUCRS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale (ERS 239, 2755, Vila Nova, CEP: 93352-000, Novo Hamburgo – RS, Brasil). E-mail: claudias@feevale.br

2. Doutor em História (PUCRS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale (Avenida Dr. Maurício Cardoso, 510, Hamburgo Velho, CEP: 93510-250, Novo Hamburgo – RS, Brasil). E-mail: luizmaroneze@feevale.br

3. Doutor em Ciências da Comunicação (UNISINOS). Professor do Programa de Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social e do Programa de Pós-Graduação em Indústria Criativa da Universidade Feevale (Avenida Dr. Maurício Cardoso, 510, Hamburgo Velho, CEP: 93510-250, Novo Hamburgo – RS, Brasil). E-mail: nkjunior@feevale.br

4. Para conduzir o estudo foram analisadas todas as edições do jornal *O 5 de Abril* no período de 1927 a 1939.

Utilizamos os métodos de análise de conteúdo e de discurso, sendo que a leitura e organização dos jornais se deram, primeiramente, utilizando-se a metodologia da análise qualitativa de conteúdo, de Bardin (1977), sendo que foram definidas as seguintes unidades temáticas de análise: operários, greve, sindicatos, empresários, trabalhadores e as unidades de contexto histórico: varguismo, nacionalismo; tais unidades foram reunidas em uma categoria que denominamos “relações de trabalho”. Num segundo momento, submetemos as matérias selecionadas do jornal sob a categoria “relações de trabalho” à análise de discurso.